



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1ª VARA CRIMINAL**  
 Rua dos Libaneses, 1998, Fórum - Carmo  
 CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
 Telefone: (16)-33361035 - E-mail: araraq1cr@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: **0910171-60.2012.8.26.0037**  
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Josiane Cristina dos Santos**

Justiça Gratuita

### CONCLUSÃO

Aos 01 de agosto de 2018, faço conclusos a MMª. Juíza de  
 Direito, **DRª. ADRIANA ALBERGUETI ALBANO.**  
 Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente.

### Vistos

Instados a se manifestarem acerca de eventual ocorrência de prescrição da pretensão punitiva estatal, o MPE, entende que houve novo marco interruptivo, com a publicação do v. Acórdão que apenas alterou o regime inicial de cumprimento da pena fixada na Sentença *a quo* (fls. 245 e vº).

O i. Defensor Público, por sua vez, pugna pelo reconhecimento do instituto da prescrição da pretensão punitiva estatal, em razão do único marco interruptivo do prazo prescricional haver ocorrido com a prolação da Sentença *a quo* condenatória, haja vista, tratar-se o mencionado v. Acórdão, de um *Decisum* meramente confirmatório (fls.249/251).

**É o suscinto relatório.**

**Passo a decidir.**

**A causa comporta extinção da punibilidade do réu em decorrência da prescrição da pretensão punitiva.**

Antes, porém, uma breve síntese fática, merece ênfase:

Em Decisão proferida em audiência, e, portanto, publicada na mesma data, aos 01/09/2014 (fls. 99/102), este Juízo condenou a ré **Josiane Cristina dos Santos** às penas privativa de liberdade de 09 meses e 10 dias de reclusão, no regime inicial fechado e, ainda, ao pagamento de 07 dias-multa..

*A posteriori*, em razão de apelo da defesa, o E. TJSP apenas alterou o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1ª VARA CRIMINAL**  
 Rua dos Libaneses, 1998, Fórum - Carmo  
 CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
 Telefone: (16)-33361035 - E-mail: araraqlcr@tjsp.jus.br

regime inicial para cumprimento da reprimenda, para o semiaberto, mantendo, no mais, o *Decisum a quo* (fls. 143/157).

A DPE, então, apresentou RESp e AgRESp, os quais, respectivamente, não foi admitido e embora conhecido, o agravo, lhe foi negado provimento (fls. 157/159 e 203/206).

BASILEU GARCIA definiu as causas extintivas da punibilidade como sendo “acontecimentos que surgem depois da conduta delituosa, nos quais a lei reconhece eficácia excludente da pretensão punitiva do Estado” (*Instituições de direito penal*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, v. 1, tomo II, p. 325).

A “prescrição em matéria criminal é de ordem pública, devendo ser decretada *de ofício* ou a requerimento das partes, em qualquer fase do processo, nos termos do art. 61 do CPP” (RT 448/341, 452/460, in *Julio Fabbrini Mirabete, Manual de Direito Penal*, vol. 1, 7ª edição, Atlas, p. 382). No mesmo sentido: RE 634610 AgR-ED/BA, 1ª T., rel. Dias Toffoli, 13.03.2012, v.u..

Segundo ainda precedente do C. Superior Tribunal de Justiça: “A questão da prescrição da pretensão punitiva estatal é matéria de ordem pública que não exige o prequestionamento para que seja declarada de ofício em qualquer fase do processo” (AgRg no REsp 1264633 / RO. Rel. Maria Thereza de Assis Moura. T6; DJE 16.12.2013).

Muito embora trate-se ainda de uma questão bastante controversa, atualmente a maioria doutrinária e jurisprudencial entende que: “O acórdão que confirma a sentença condenatória, não tem o efeito de interromper a prescrição, nem mesmo quando altera para mais ou para menos a reprimenda imposta na decisão anterior, ou ainda que promova desclassificação. E não tem o efeito porque não possui carga condenatória, mas simplesmente declaratória. Manter a condenação não é condenar, mas confirmar a condenação constante da sentença. A modificação na dosimetria não implica em nova condenação, mas apenas em corrigir a resposta penal” (Código Penal e sua interpretação. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 612).

De se ressaltar que há entendimentos que vão de acordo com o posicionamento ministerial - que basta o acórdão ser condenatório para que a interrupção da prescrição se opere, sendo indiferente se se aumentou, diminuiu - no entanto, além de escassos, entendo que se contrapõem ao pensamento do legislador penal.

*In casu*, o v. Acórdão é meramente confirmatório, de modo que o último ato interruptivo da prescrição foi, de fato, a Sentença condenatória publicada aos 01/09/2014.

O decreto condenatório anulado deixa de constituir marco interruptivo, conforme entendimento majoritário do C. STJ, senão vejamos: REsp 809.819 e STJ - ED-HC 43.283. Ressalte-se que eventual ocorrência da prescrição, após a nova individualização da reprimenda penal determinada pelo acórdão embargado, só pode ser analisada quando a instância ordinária fixar definitivamente a pena (STJ ED-HC 43.283).

O Art. 117, IV, do CP é claro ao dispor sobre o tema.

Isto significa dizer que no tocante a publicação da Sentença ou Acórdão condenatórios recorríveis, somente há a interrupção do prazo prescricional uma única vez,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1ª VARA CRIMINAL**  
 Rua dos Libaneses, 1998, Fórum - Carmo  
 CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
 Telefone: (16)-33361035 - E-mail: araraq1cr@tjsp.jus.br

o qual ocorrer primeiro. Destarte, se houver Sentença condenatória, neste momento há a interrupção, não podendo ser interrompida novamente pelo Acórdão meramente confirmatório, ainda que seja alterada a pena em grau recursal.

A propósito:

“Nos termos da reiterada jurisprudência desta Corte Superior, o acórdão que somente confirma a sentença condenatória não constitui marco interruptivo da prescrição da pretensão punitiva estatal” (*STJ. AgRg no REsp 1304733 / MG. Rel. Jorge Mussi. T5. DJe 04.12.2013*).

Vide também:

AGRAVO REGIMENTAL EM PETIÇÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO, MAS QUE MAJOROU A PENA APLICADA. NÃO OCORRÊNCIA DE NOVO MARCO INTERRUPTIVO DA PRESCRIÇÃO. PRESCRIÇÃO CARACTERIZADA. 1. Nos termos do art. 117 do Código Penal, o prazo prescricional interrompe-se pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis. O acórdão que confirma a condenação, mas majora ou reduz a pena, não constitui novo marco interruptivo da prescrição. *Precedentes: AgRg nos EDcl no AgRg no Ag 1.112.682/SP, Rel. Min. ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 1º/3/2016, DJe 9/3/2016; AgRg no AgRg no REsp 1.393.682/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 28/4/2015, DJe 6/5/2015, HC 243.124/AM, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 20/8/2012.* 2. Hipótese em que o agravado foi condenado a penas superiores a 4 e inferiores a 8 anos de reclusão, incidindo, portanto, o prazo prescricional de 12 anos, nos termos do disposto no art. 109, inciso III, do Código Penal. 3. Da última causa interruptiva da prescrição, a publicação da sentença condenatória, em 24/1/2002, até a decisão agravada, observa-se o transcurso de mais de 12 anos para ambos os crimes imputados ao réu. Não tendo sido iniciado o cumprimento da pena nem tendo ocorrido nenhuma outra causa interruptiva, está caracterizada a prescrição. Agravo regimental impróprio (*AgRg no RE nos EDcl no REsp 1301820/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/11/2016, DJe 24/11/2016*).

Considerando-se, pois, a data da publicação da Sentença, *a quo*, único marco interruptivo do prazo prescricional e, com base na pena em concreto, chegamos a conclusão de que a prescrição da pretensão punitiva do Estado realmente se deu aos 31/08/2017, conforme aduziu a DPE.

Assim sendo, **JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE** da ré **Josiane Cristina dos Santos**, qualificada nos autos, em razão da incidência do instituto da prescrição da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1ª VARA CRIMINAL**  
Rua dos Libaneses, 1998, Fórum - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16)-33361035 - E-mail: araraq1cr@tjsp.jus.br

pretensão punitiva, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, VI e art. 117, IV, todos do Código Penal.

Arquive-se, oportunamente.

**P.I.C.**

Araraquara, 07 de agosto de 2018.